

Opinião

“Milagres econômicos” da guerra fria

José Luís Fiori

Salvo engano, foi o jornal “The Times” que falou pela primeira vez — em 1950 — de “milagres econômicos”, referindo-se a países com prolongados períodos de altas taxas de crescimento econômico sustentado. Depois, essa expressão foi utilizada para caracterizar o crescimento da Alemanha, Itália, Japão, Coreia e Brasil, entre as décadas de 50 e 80, período áureo da Guerra Fria. Entre 1950 e 1973, o produto nacional da República Federal Alemanha, cresceu a uma taxa média anual de 5,05%; no mesmo período, a Itália cresceu 5,68%; o Japão, 9,29%; e a Coreia do Sul, 9,85%. No Brasil, as taxas foram mais altas e descontínuas, com uma média de 8%, entre 1955 e 1960, 11%, entre 67 e 73, e 6,4% entre 74 e 80, mas com uma queda significativa no período 61/67. Assim mes-

mo, depois de 1980, a taxa de crescimento de todos esses países caiu de forma desigual mas permanece.

Agora bem, a despeito de suas grandes diferenças históricas e políticas, Alemanha, Japão, Itália e Coreia foram derrotados e derrotados — na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra da Coreia — e depois foram ocupados e transformados em “protetorados militares” dos EUA. Logo depois da guerra, a ideia americana era desmontar as antigas estruturas econômicas desses países. Mas, com o começo da Guerra Fria e o fim da Guerra da Coreia, esse projeto inicial foi substituído por uma política diametralmente oposta, de estímulo ao crescimento econômico, com forte participação dos governos locais, e dos próprios agentes econômicos e instituições privadas do pré-guerra. Por isso se pode dizer com toda certeza que a lógica da Guerra Fria presou decisivamente na origem dos “milagres econômicos”, e na transformação posterior daqueles países em peças centrais da engrenagem econômica do poder global dos Estados Unidos, pelo menos até a década de 70.

No caso do Brasil — que foi aliado dos EUA na Segunda Guerra Mundial — o caminho foi diferen-

te, mas também se pode falar de um “convite” que foi aceito — depois do Acordo Militar Brasil-EUA, de 1952 — e que transformou o Brasil no pivot central da estratégia desenvolvimentista americana, para a América Sul. A nova política foi experimentalista, primeiro com o governo JK — inteiramente alinhado com os EUA e com o colonialismo europeu — e só depois, a partir de 1964, sob comando direto do regime militar.

Depois de quase três décadas de “milagre econômico”, entretanto, esse processo foi interrompido pela “crise americana” da década de 70, e pela nova mudança da política internacional dos EUA. Tudo começou com a aproximação da China, no início da década de 70, que levou à derrota/saída americana do Vietnã, e ao redesenho do equilíbrio do poder no sudeste asiático. Foi nesse mesmo contexto que os EUA decidiram abandonar Bretton Woods, liberando sua moeda e iniciando a desregulação do seu mercado financeiro, com a lenta construção de um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar, mas sem base metálica. A nova estratégia permitiu o cerco e desconstrução final da URSS e o fim da Guerra Fria, mas, ao mesmo tempo, ela desativou ou esvaziou o papel econômico

Estratégia americana permitiu o cerco e a desconstrução final da União Soviética e o fim da Guerra Fria

capitalista mundial, a Alemanha e o Japão seguiram na sua condição de gigantes industriais e tecnológicos, mas com “pés de barro”, ainda na condição de protetorados militares dos EUA e sem dispor de recursos naturais essenciais, além de serem igualmente dependentes do ponto de vista alimentar e energético. Por isso, talvez só o Brasil tenha hoje condições reais de escolher um caminho que lhe dê maior grau de autonomia estratégica, e maior capacidade de projetar seus interesses e sua influência, numa escala global.

José Luís Fiori professor titular de economia política internacional da UFRJ, é autor do livro “O Poder Global”, da Editora Boitempo, e coordenador do grupo de pesquisa do CNPQ/UFRJ “O Poder Global e a Geopolítica do Capitalismo”. www.poderglobal.net

crise, para os EUA, e como instrumentos da nova doutrina Obama, que se propõe fazer — desta vez — o cerco econômico e militar da China. O Japão e a Coreia estão sendo pressionados para participar da Trans-Pacific Partnership — TPP, que é hoje a pedra angular da política comercial de Obama, e que se propõe reunir dos dois lados do Pacífico uma grande zona de livre comércio. Ao mesmo tempo em que a Alemanha vem sendo estimulada a liderar um grande pacto comercial transatlântico, entre a UE e os EUA, há quem proponha que o Brasil se junte à “aliança do pacífico”. Neste novo xadrez, entretanto, o Brasil é muito menos desenvolvido que a Alemanha e o Japão, mas dispõe de recursos naturais e é autossuficiente, do ponto de vista alimentar e energético. Por isso, talvez só o Brasil tenha hoje condições reais de escolher um caminho que lhe dê maior grau de autonomia estratégica, e maior capacidade de projetar seus interesses e sua influência, numa escala global.

Assim mesmo, no início da segunda década do século XXI, pode-se dizer que o Japão e a Alemanha venham a ser resgatados, uma vez mais, como caminho de saída da

Frase do dia

“É inexorável para um presidente perder votações. Só se o presidente tiver mania de grandeza. Eu não tenho.”

Da presidente Dilma Rousseff sobre o adiamento para fevereiro da análise da proposta orçamentária pelo Congresso.

Cartas de Leitores

Tristes trópicos

O calor senegalês que estamos sofrendo, deixando a todos melamolentes, dá razão a Lévi-Strauss, que nos brindou com a adjetivação de “tristes trópicos”. Essa realidade já foi inclusiva, responsabilizada por nossas vulnerabilidades no processo de desenvolvimento socioeconômico, fato hoje que as ciências mais contemporâneas desmentem. Mesmo assim, haja força de vontade e disposição para enfrentar as duras tarefas do cotidiano e resistir à tentação de um relaxamento a beira mar ou de uma confortante piscina.

José Nobre de Almeida

josedalmeida@globo.com

Endividamento

Sobre o artigo “Um alerta sobre o endividamento”, publicado na edição de ontem, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio esclarece que desde setembro de 2012 o Estado do Rio está enquadrado na categoria B- das análises de risco da Secretaria do Tesouro Nacional, o que assegura a concessão de garantia pela União sem a necessidade de tratamento excepcional.

Reforçamos que todas as operações respeitam integralmente o espaço fiscal do Estado.

Cláudia Lobo

Assessora de Comunicação
Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Nota da Redação: O artigo apenas reproduziu a classificação de risco do Rio de Janeiro utilizada no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que foi elaborado com base em informações atribuídas pelo órgão à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O acórdão do TCU, de número 039.151/2012, pode ser encontrado no endereço www.tcu.gov.br.

Correções

Diferentemente do informado na reportagem “Vale começa a vender ativos de óleo e gás”, publicada na página B8 da edição de ontem, a mineradora arrematou os novos blocos em leilão da 9ª rodada da ANP por R\$ 31 milhões e não por R\$ 1 bilhão.

Na matéria “Pós-pago volta a reconquistar usuários”, publicada na página B2 da edição de 26/12, a foto é de Mário Fabbri, diretor de marketing da Vivo, e não de Eduardo Aspesi, diretor de segmentos de varejo da Oi.

Em relação à nota “ANS intervém em Pernambuco”, publicada na página B4 na edição de 26/12, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informa que decretou regime especial de direção técnica na Real Saúde e não direção fiscal, conforme publicado. A ANS nomeia um diretor técnico que comanda por um ano a correção das anormalidades administrativas e assistenciais da operadora. A Unimed Guararapes também citada na nota está sob os dois regimes especiais: direção técnica e direção fiscal, que trata da adequação das anormalidades econômico-financeiras.

Correspondências para
Av. Francisco Matarazzo, 1.500 -
Torre New York - CEP 05001-100 -
Águia Branca - SP ou para
cartas@valor.com.br, com nome,
endereço e telefone. Os textos
poderão ser editados.

Uma coisa é fracassar no Iraque. Outra coisa é fracassar em casa. Por Stephan Richter

Armas e impostos, um duplo abismo

O abismo fiscal e o abismo armamentista não são questões separadas. A resolução de ambos muito dirá sobre a verdadeira coragem e atestará a profundidade da civilização americana. A civilização americana é claramente algo a que as pessoas em todo o mundo têm aspirando há longo tempo. Mas essa histórica crença inabalável na grandeza dos EUA está, agora, sob ameaça.

O problema com os EUA é muito simples: praticamente todos os problemas com que se defronta, das armas aos impostos, não importa quão aparentemente agudos, são eminentemente solucionáveis. Mas, resolvê-los exigiria um senso básico de certo e errado — e é isso, precisamente, o que está em questão.

Em vez disso, a “bússola moral” americana depende de um malfadado conceito mecanicista de meio termo. Isso pode soar como pragmatismo, mas não é, dado que um dos campos negocia sistematicamente a partir de posições cínicas, extremistas.

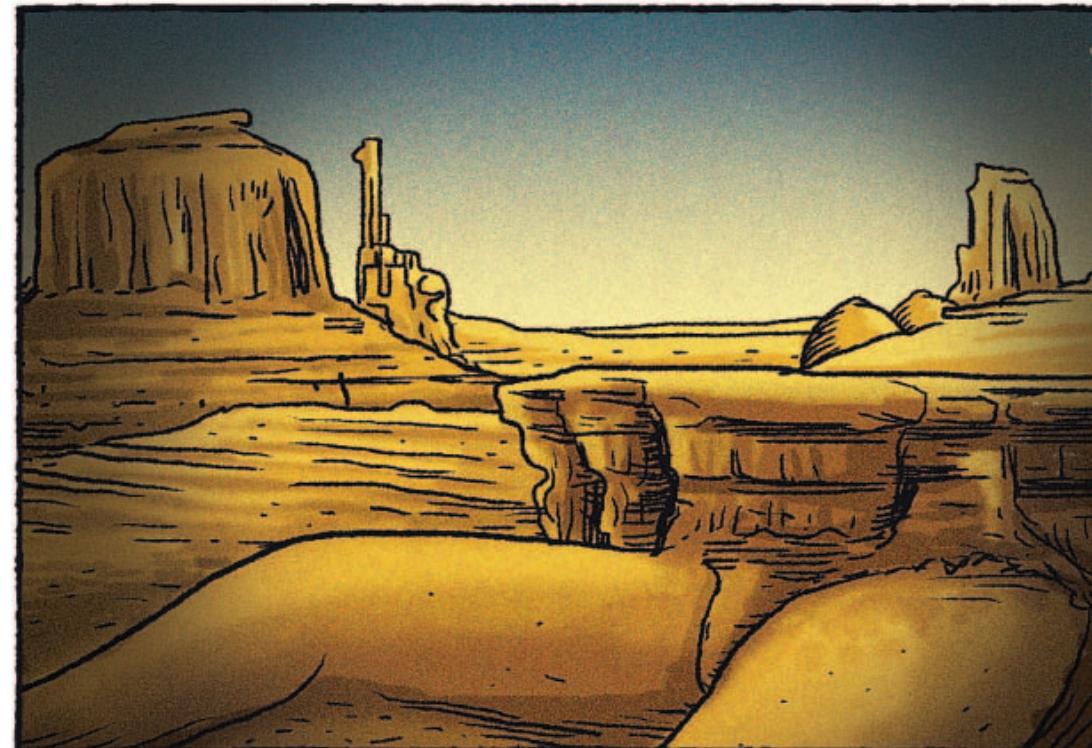
Considerado em contexto geral, o que está em jogo não é apenas se o abismo fiscal é enfrentado com eficácia ou se as leis sobre armas serão endurecidas. O que está sob ameaça é o próprio conceito de civilização americana em si mesmo.

A despeito de todo o orgulho tradicionalmente embutido nessa noção, uma sociedade fundamentalmente incapaz de concordar sobre as questões internas mais básicas de justiça e decência coloca em risco mais do que apenas a questão da governabilidade.

É uma coisa fracassar no Iraque e no Afeganistão. Outra coisa é fracassar miseravelmente em casa — e pelas mesmas razões: ausência de consenso, de qualquer planejamento, de uma mentalidade de eficiência e de estratégias de investimento de longo prazo.

Isso pode soar exagerado, mas apenas inicialmente, se indagarmos onde está a prova de que os EUA, considerado seu nível de desenvolvimento econômico e político, é um país mais pacífico e governável do que o Egito?

De alguma forma, os EUA parecem empacados nos conceitos dos compradores de armas que agora argumentam timidamente “por que a minha liberdade deve ser restrinuida apenas porque algumas crianças foram vitimadas por armas de fogo?”; acreditam não apenas um nível de inge-



Autopreservação é a razão primeira e única pela qual os EUA precisam solucionar a questão das armas. Após o massacre em Newtown, não pode restar qualquer dúvida de que uma revisão da Segunda Emenda à Constituição dos EUA é urgente e necessária

tras lojas é a oportunidade de comprar armas. A oferta corrente para lidar com as frustrações não é consumir, mas disparar balas.

Os republicanos sempre defendem políticas de incentivo à oferta. Eles deveriam saber que as coisas colocadas no mercado tenderão a ser usadas. Além disso, este é um período bastante estressante para muita gente. As pessoas estão se sentindo, economicamente, muito inseguras.

Incentivar o país a embarcar numa intensa onda de compra de armas durante as mesmas décadas em que as rendas estagnaram e quando a taxa de desemprego atinge um quarto da população deve ser considerado um pouco suicida, do ponto de vista da nação como um todo.

É semelhante à “sabedoria” exibida pelo governo Reagan de equipar os “combatentes da liberdade” afegãos com mísseis Stinger para derubar helicópteros soviéticos. Parece bom — até o dia em que aviões americanos nos céus do Afeganistão começaram a ser abatidos por armas compradas dos EUA.

Os EUA precisam resolver seus problemas por uma única razão apenas — autopreservação. A autopreservação da nação foi a final intenção da Segunda Emenda à Constituição, ao contrário do que alguns processos judiciais têm procurado reinterpretar para satisfazer os argumentos comerciais propagandeados pela NRA e seus acólitos.

A única forma correta de ler a Segunda Emenda (“Sendo necessário para a segurança de um povo livre, o direito do povo de possuir e portar armas será limitado”). A noção mesma de civilização exige nada menos do que isso. (Tradução de Sergio Blum).

Stephan Richter, é editor chefe do The Globalist.com